

EMIGRAÇÃO NAS ILHAS PORTUGUESAS

EMIGRAÇÃO LEGAL, CLANDESTINA, RETORNO E RE-EMIGRAÇÃO

Isabel Tiago de Oliveira
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa

ABSTRACT

This text pretends to describe the phases of emigration in portuguese islands and to analyse the difference between the volume of outmigration expressed by the official migration and the estimation resulting in the migration balance. This difference was considered a sign of the comparative importance of, by one hand the migrants return and the re-emigration and, by another the clandestine emigration and others types of exits.

Se a emigração é, em Portugal, um traço fundamental desde há muito, nas ilhas assume uma dimensão ainda maior. Os indicadores revelam saídas populacionais várias vezes superiores às encontradas no continente. A importância da emigração insular requer uma análise particular das suas especificidades e também das suas semelhanças com o que se verifica no continente.

Foram apenas analisadas a Madeira, S. Miguel, Terceira, S. Jorge, o Pico e o Faial, por serem as 6 maiores ilhas portuguesas, pretendeu-se assim evitar os problemas gerados por pequenas flutuações nos acontecimentos que se traduzem em importantes variações nos indicadores demográficos, devidas à reduzida dimensão populacional.

Os dados apresentados para as ilhas dos Açores até aos anos 80 baseiam-se nos trabalhos de Gilberta Rocha¹ tendo a taxa do saldo migratório sido calculada pela diferença entre as taxas de crescimento total e natural. Nos restantes casos, Madeira, continente e todas as regiões na última década, trata-se da taxa calculada a partir da equação de concordância.

Falar de movimentos migratórios nas ilhas portuguesas é falar, sobretudo, de emigração. Os dois arquipélagos têm sido fortemente marcados por este fenómeno desde há muito, de tal forma que a emigração é tida como uma característica endémica destas populações².

No entanto, a emigração não é o único movimento migratório existente nestas ilhas. Além do retorno de emigrantes é possível considerar a existência de movimentos migratórios internos, quer dentro da mesma ilha, quer inter-ilhas. E existem ainda os movimentos com o continente e com as colónias.

Nas análises que se baseiam nos saldos migratórios há uma mistura de todos os movimentos, do qual estão apenas excluídos os movimentos dentro de cada ilha. Assim, parece bastante natural que as taxas de emigração oficial não sejam iguais às taxas de saldo migratório.

A avaliação da importância relativa destas várias componentes do saldo migratório só pode basear-se nas afirmações, ou na sua ausência, dos estudiosos das ilhas. De facto, em termos de movimentos migratórios surgem inúmeros estudos sobre emigração. Na maioria deles a emigração clandestina é referida³. As referências aos movimentos inter-ilhas, dentro das próprias ilhas e aos movimentos relativos ao continente são mais raras. Embora surgindo por vezes referências a algum destes tipos de movimentos, não parece haver dados quantitativos que permitam avaliar a sua importância ao longo do período em análise. A maioria dos autores fala essencialmente da emigração.

A análise dos movimentos migratórios nas ilhas terá como hipótese fundamental a ideia de que as saídas populacionais são sobretudo deste tipo, o que é bastante plausível se considerar a evolução conjunta da taxa de saldo migratório e da taxa bruta de emigração. Assim, o resultado do saldo migratório será analisado como sendo fundamentalmente composto por emigração para o estrangeiro, retorno, re-emigração e emigração clandestina.

DESTINOS DA EMIGRAÇÃO INSULAR

A emigração das ilhas é fundamentalmente uma emigração transoceânica, quer no caso da emigração tradicional até aos anos vinte deste século, quer no período da recessão económica mundial, quer ainda na explosão emigratória do Pós-Guerra.

Nos Açores desde meados do século XIX que o Brasil, o destino tradicional dos emigrantes portugueses, tinha sido preterido em favor dos Estados Unidos. Até aos anos 20 deste século esta tendência mantém-se. Entre 1922 e 1924 surgem nos Estados Unidos medidas legislativas que dificultam a entrada de população estrangeira, o que afecta fortemente os emigrantes açorianos. O volume da emigração que passa nos anos vinte para cerca de um quarto do que era na década anterior, e nos anos trinta e quarenta é praticamente nula – o saldo migratório é mesmo positivo neste período. Os emigrantes passaram a dirigir-se para outras regiões, assumindo algum destaque a Venezuela, Curaçau e as Bermudas, curiosamente destinos bastante típicos dos emigrantes madeirenses. Mais tarde, a partir de 1953, inicia-se uma forte emigração para o Canadá, que se mantém com grande expressão ao longo do tempo e que teve uma grande explosão em meados dos anos sessenta.

Na Madeira, durante o século passado, destacam-se dois grandes pólos de atracção dos emigrantes – Demerara, nas Antilhas, e depois o Hawai, nas duas últimas décadas desse século. No início deste século destaca-se a importância do Brasil e da América do Norte como destino frequente dos emigrantes, e esporadicamente da Austrália, mas várias outras regiões como a África do Sul tinham também alguma expressão. A emigração madeirense não parece ter sido tão dirigida para um só destino, como aconteceu com a açoriana. Todas estas regiões mantiveram a sua importância relativa como pólos de atracção dos emigrantes madeirenses, mas no final da Segunda Guerra e no Pós-Guerra surgem dois novos e importantes destinos. Primeiro Curaçau, na segunda metade dos anos 40, e depois a Venezuela sobretudo a partir dos anos 50. Durante a segunda metade do século XX a Venezuela é o mais importante destino madeirense, embora o Brasil seja também muito expressivo até meados dos anos 60. Também nesta época se inicia uma emigração temporária para a Europa, ligada à indústria hoteleira, que progressivamente vai ganhando importância.

SALDOS MIGRATÓRIOS E EMIGRAÇÃO AO LONGO DO SÉCULO XX

Se a taxa bruta de emigração apenas permite conhecer o peso da emigração legal, deixando de lado a emigração clandestina, os indicadores de tipo saldo não permitem a análise de cada um dos componentes do saldo migratório. Não é possível conhecer o número de migrantes, já que cada entrada anula uma saída. As re-emigrações, o retorno, etc., ficam por distinguir com este tipo de indicador. No entanto, é bastante apropriado para conhecer a evolução global do fenómeno migratório e, sobretudo, do seu impacto na população residente. O quadro seguinte revela a importância de cada um destes indicadores ⁴ nas várias ilhas ao longo deste século.

D A T A S	I L H A S											
	MADEIRA		S. MIGUEL		TERCEIRA		S. JORGE		PICO		FAIAL	
	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM
1900-1911	1,15	-0,55	2,72	-1,39	1,97	-1,15	2,20	-1,45	1,83	-1,51	1,79	-1,23
1911-1920	1,27	-0,74	2,18	-1,54	2,16	-1,10	1,90	-0,90	1,44	-1,32	1,46	-1,14
1920-1930	0,69	-0,17	0,49	-0,01	0,52	-0,16	0,55	-0,10	0,49	-0,33	0,39	0,66
1930-1940	0,51	-0,24	0,11	0,14	0,16	0,19	0,14	0,21	0,06	-0,32	0,06	0,12
1940-1950	0,59	-0,72	0,11	-0,46	0,13	0,17	0,12	-0,85	0,04	-0,23	0,07	-0,75
1950-1960	1,72	-1,81	1,52	-1,63	0,35	0,11	0,61	-1,84	0,66	-1,22	2,48	-2,52
1960-1970	1,31	-2,59	2,93	-3,05	1,57	-1,86	2,13	-2,97	1,65	-2,63	2,88	-2,39
1970-1981	0,89	-1,08	2,98	-2,55	2,21	-2,02	2,58	-2,54	1,79	-1,50	1,88	-1,38
1981-1991	0,16	-0,58	0,95	-1,58	0,51	-0,15	0,67	-0,39	0,36	-0,32	0,28	-0,06

O primeiro período considerado iniciou-se ainda no século XIX e prolongou-se até aos anos 20 deste século. Nesta fase o principal destino dos emigrantes açorianos são os Estados Unidos e são as leis que restringem a emigração, nos anos 20, que fazem encerrar este período. Relativamente à Madeira verifica-se uma evolução semelhante, já que a partir dos anos 20 a sua emigração sofre uma redução, embora menos significativa, devido também à menor importância da emigração para a América.

De 1900 a 1920 verifica-se que as saídas populacionais são sempre muito significativas em todas as ilhas, é o período da emigração-livre. Em termos gerais as ilhas açorianas parecem revelar uma maior tendência emigratória que a Madeira.

No período seguinte, dos anos 20 aos anos 40, passam-se três décadas nas quais há um fortíssimo recuo dos saldos migratórios com valores incomparavelmente mais baixos e que são muitas vezes positivos nas ilhas dos Açores. É a época das restrições à emigração nos Estados Unidos da América, da recessão económica mundial e da Segunda Guerra Mundial. Neste período são evidentes as maiores dificuldades sentidas na saída dos emigrantes – há um claro entrave aos movimentos migratórios.

Embora se possa considerar estas três décadas como um período com características específicas, é de notar que tais decénios estão longe de ser homogéneos. Enquanto as duas primeiras décadas correspondem a um forte abrandamento da tendência emigratória que há muito se fazia sentir nas ilhas, a última década, marcada pela guerra e pelo pós-guerra já revela uma situação de re-início da propensão migratória

das ilhas portuguesas. Nos anos quarenta são notórias duas influências. Até 1945, a Segunda Guerra Mundial limita de forma determinante os movimentos migratórios⁵, o que é tanto mais evidente quando se tem em consideração que a emigração insular é uma emigração fundamentalmente transoceânica, depois da guerra parece verificar-se um «boom» dos movimentos migratórios.

O terceiro período considerado, dos anos 50 a 70, caracteriza-se por um grande aumento da importância das migrações nas ilhas o que acontece quando surgem dois novos destinos para os emigrantes – o Canadá para os açorianos e a Venezuela para os madeirenses.

Os valores das perdas populacionais neste período são notórios, sendo muito mais elevados do que os verificados no início do século. Muitas vezes a taxa do saldo migratório é cerca do dobro ou do triplo dos valores atingidos até aos anos vinte, mas a taxa bruta de emigração não permite encontrar diferenças assim tão significativas.

Desde os anos 30 até 1960 que a ilha Terceira apresenta saldos migratórios positivos (enquanto na maioria das outras ilhas isso só se verificou na década de 20 ou 30). Esta entrada de população, nos anos 40 e 50, poderá estar ligada a movimentos inter-ilhas: é provável que nesta época açorianos oriundos de outras ilhas encontrem na Terceira hipóteses de trabalho possibilitadas pela grande importância que assumiu a Base das Lages⁶.

Desde finais dos anos 50 que o Faial apresenta também fortíssimas saídas populacionais, primeiro ligadas à erupção do vulcão dos Capelinhos e depois relacionadas com o encerramento das companhias que operavam com os cabos submarinos⁷.

Os anos 70 são marcados por dois acontecimentos importantes: o choque petrolífero com a recessão daí resultante e o retorno das ex-colónias. As taxas brutas de emigração mantiveram-se bastante fortes, mas o saldo migratório diminuiu (em especial no Pico e Faial). Nesta década, além da diminuição dos movimentos de saída, é manifesta a importância dos movimentos de entrada, tanto com origem nas ex-colónias, como nos diferentes países de destino dos emigrantes que retornam. Outro factor a considerar é a entrada de população vinda do continente que encontra agora novos postos de trabalho originados pela criação das regiões autónomas⁸.

O último período iniciado em algumas ilhas já nos anos 70 (Madeira, Pico e Faial) e noutras ilhas nos anos 80, caracteriza-se por saídas muito menos expressivas. A este respeito a taxa do saldo migratório é mesmo mais expressiva por a emigração legal ter vindo a perder peso progressivamente. Nesta fase a taxa do saldo migratório e a taxa bruta de emigração diminuem de forma clara, assemelhando-se aos valores do início deste século. Nas ilhas, nos anos 70 e 80 as saídas populacionais são menos importantes e raramente passam por uma legalização da situação – é provável que este tipo de evolução esteja relacionada com o aumento da emigração temporária e sazonal (como parece acontecer na Madeira com alguma emigração relacionada com a indústria hoteleira).

CLANDESTINIDADE, RETORNO E RE-EMIGRAÇÃO

Por razões óbvias os indicadores sobre a clandestinidade da emigração são bastante difíceis de obter e de resultados duvidosos. As medidas sobre o retorno apresentam genericamente os mesmos problemas que as estatísticas dos movimentos migratórios e só existem a partir de 1936. A re-emigração é ainda mais difícil de avaliar.

Apesar de ser uma aproximação grosseira, é possível avaliar a importância comparativa destes fenómenos a partir da diferença entre o saldo migratório e a emigração legal. Se o valor do saldo migratório intercensitário e o número de emigrantes for muito aproximado é possível pensar que não se verificaram muitos movimentos de retorno, re-emigração nem saídas clandestinas, ou, em alternativa, que os fenómenos aconteceram com intensidades muito semelhantes – sendo esta última a hipótese mais provável. Se, pelo contrário, os valores do saldo migratório e da emigração apresentarem diferenças é possível concluir algo sobre a importância comparativa dos movimentos de retorno, re-emigração e a emigração clandestina.

Quando a emigração oficial revela saídas mais expressivas que as manifestadas através do saldo migratório, é de supor que o retorno e a re-emigração tenham maior relevância que a clandestinidade ou as saídas para as colónias. Tanto mais importante quanto maior for a diferença encontrada.

Caso o saldo migratório revele perdas mais acentuadas do que as expressas pela emigração oficial, então verificar-se-á uma situação na qual a emigração clandestina e outras saídas são mais importantes que o retorno de emigrantes e a re-emigração.

Como é de supor que em cada um dos períodos em análise se tenham verificado todos os tipos de movimentos, embora os movimentos relativamente ao estrangeiro sejam os predominantes, as diferenças encontradas podem ser entendidas como uma medida da importância comparativa entre o retorno, a re-emigração, por um lado, e a emigração clandestina e a outras saídas por outro. Não sendo esta uma medida rigorosa, permite avaliar o sentido e a importância relativa da emigração clandestina e do retorno e re-emigração, sem no entanto permitir o conhecimento de cada um destes movimentos. No quadro seguinte apresentam-se os valores da diferença entre taxas do saldo migratório e de emigração e o valor percentual desta diferença relativamente à taxa bruta de emigração.

D A T A S	I L H A S											
	MADEIRA		S. MIGUEL		TERCEIRA		S. JORGE		PICO		FAIAL	
	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%
1900-1911	0,60	52	1,33	49	0,82	42	0,75	34	0,32	17	0,56	31
1911-1920	0,52	41	0,64	29	1,06	49	1,00	53	0,12	8	0,32	22
1920-1930	0,52	75	0,48	98	0,36	69	0,45	82	0,16	33	1,05	269
1930-1940	0,27	53	0,25	227	0,35	219	0,35	250	-0,26	-433	0,18	300
1940-1950	-0,14	-23	-0,35	-318	0,30	231	-0,73	-608	-0,19	-475	-0,68	-971
1950-1960	-0,09	-5	-0,11	-7	0,46	131	-1,23	-202	-0,56	-85	-0,04	-2
1960-1970	-1,28	-98	-0,12	-4	-0,29	-18	-0,84	-39	-0,98	-59	0,49	17
1970-1981	-0,19	-21	0,43	14	0,19	9	0,04	2	0,29	16	0,50	27
1981-1991	-0,42	-264	-0,63	-66	0,37	71	0,28	42	0,04	11	0,22	77

É bem visível que até aos anos 40, ou seja, durante o primeiro período da emigração livre e na época de retracção económica mundial, a diferença entre a taxa do saldo migratório e a taxa de emigração é quase sempre positiva. Ou seja, o número de emigrantes legais foi superior ao saldo de todas as saídas e de todas as entradas. Assim é de supor que até aos anos 40 o retorno de emigrantes e a re-emigração são mais significativos que a emigração clandestina %.

Até 1920 a importância do retorno e da re-emigração é bem expressiva situando-se com valores próximos entre os 40 a 50 % da emigração legal (excepto o Pico e Faial). Nas duas décadas seguintes a importância do retorno e da re-emigração aumenta, mas apenas de forma relativa, devido à menor importância da emigração legal. Provavelmente, a dificuldade que se fazia sentir na saída de população reflectiu-se de forma a também fazer diminuir o retorno e sobretudo na re-emigração.

A partir dos anos 40 a situação, que o Pico já vivia desde os anos trinta, generaliza-se às outras ilhas, à excepção da Terceira. O saldo migratório passa a revelar maiores saídas que os dados oficiais sobre emigração. É uma situação que se mantém até 1970 em todas as ilhas (excepto no Faial que inverte esta situação logo nos anos 60).

Assim, dos anos quarenta aos anos 60 a emigração clandestina e, em menor grau, as saídas para o continente e colónias terá sido mais expressiva que o retorno e a re-emigração.

A importância relativa desta diferença relativamente à emigração legal é muito variada e apresenta grandes oscilações. Parece depender sobretudo da pequena expressão da emigração legal.

Embora com algumas pequenas excepções este período reflecte a maior relevância da emigração clandestina face ao retorno dos emigrantes. É de notar que esta diferença não poderá ser explicada apenas pela emigração clandestina, haverá certamente movimentos com o continente e colónias que terão contribuído parcialmente para a sua explicação.

Relativamente à ilha Terceira, que mantém uma situação de maior emigração oficial que as saídas reveladas pelo saldo migratório até aos anos 60, é muito provável que os movimentos de entrada ligados às oportunidades criadas pela Base das Lages expliquem o valor deste indicador no pós Segunda Guerra Mundial. A existência de movimentos inter-ilhas poderá ter tido particular importância neste caso ¹⁰

Ainda relativamente aos movimentos inter-ilhas, o Pico e o Faial são também exemplo de duas populações estreitamente ligadas entre si, que obrigam a uma análise conjunta dos seus valores. Devido à erupção do vulcão dos Capelinhos e à consequente abertura à emigração para os EUA, a relação entre as ilhas parece ter contornos diferentes, encontrando-se sobretudo uma situação de arrastamento, na qual a população do Pico segue a emigração faialense. É possível que esta forte ligação entre as duas ilhas esteja associada à diferente situação encontrada nos anos 30 e 60 neste indicador.

Nas duas últimas décadas em quase todas as ilhas açorianas, à excepção de S. Miguel, volta a encontrar-se uma situação na qual o retorno e a re-emigração predomina sobre as saídas clandestinas. Em S. Miguel esta mudança só se verifica nos anos 70 e na Madeira isso nunca volta acontecer.

Se até aos anos 40 os movimentos migratórios parecem resultar sobretudo de emigração e de retorno e re-emigração dos emigrantes, a partir dos anos 40 os movimentos migratórios são sobretudo compostos por emigração legal e emigração clandestina, nas duas últimas décadas esta situação mantém-se na Madeira, oscila em S. Miguel e inverte-se nas restantes ilhas, onde o retorno volta a ser mais significativo.

Naturalmente que até aos anos 40 se deve também encontrar uma expressiva emigração clandestina, assim como depois dos anos 40 se devem encontrar manifestações do retorno e re-emigração de emigrantes. Mas, o facto de se saber que no primeiro período existem migrações clandestinas, quando o saldo migratório é menor que a emigração legal, reforça a ideia da enorme importância do retorno que, assim, não

consistiria apenas no valor da diferença entre aqueles dois indicadores, mas abarcaria também o quantitativo da emigração clandestina¹¹. Passa-se o contrário após essa data.

Foi já referido que esta diferença constitui apenas uma medida aproximativa da importância relativa da clandestinidade e do retorno. Embora a emigração, legal e clandestina, e o retorno do estrangeiro constituam os movimentos migratórios mais importantes, não são os únicos – os movimentos em relação a Portugal continental, às colónias e os movimentos entre as várias ilhas também existem e devem ter uma influência neste indicador.

A IMPORTÂNCIA DO RETORNO, RE-EMIGRAÇÃO E CLANDESTINIDADE NO CONTINENTE

A tendência encontrada nas ilhas até aos anos 40 verifica-se também em Portugal continental, e por consequência, em todo o país. No quadro seguinte estão expressos os valores dos vários indicadores anteriormente apresentados mas agora para o continente.

D A T A S	C O N T I N E N T E			
	TSM	TBE	TBE - TSM	PERCENTAGEM
1890-1900	- 0,18	0,45	0,28	61
1900-1911	- 0,29	0,52	0,23	44
1911-1920	- 0,64	0,61	- 0,02	- 4
1920-1930	- 0,01	0,51	0,50	99
1930-1940	0,10	0,14	0,24	172
1940-1950	- 0,13	0,09	- 0,04	- 42
1950-1960	- 0,73	0,34	- 0,39	- 116
1960-1970	- 1,46	0,70	- 0,76	- 109
1970-1981	0,67	0,29	0,96	333
1981-1991	- 0,34	0,07	- 0,26	- 357

Tal como nas ilhas também no continente se encontra um período que aqui se prolonga até 1930 no qual as saídas são bastante expressivas e que corresponde a uma emigração que é fundamentalmente transoceânica. Este período que nas ilhas terminava logo nos anos 20, no continente prolonga-se por mais uma década devido à muito menor importância da emigração dirigida para os EUA. Tal como acontecera nas ilhas durante este período a emigração excede o saldo migratório, à excepção da década de 1911-20.

De 1930 a 1950 encontra-se uma importante diminuição da emigração provavelmente devido à conjuntura de depressão económica e também à Segunda Guerra Mundial. Esta descida, embora menos expressiva era já visível nos anos 20, onde o saldo migratório era próximo do zero, devido a um importante retorno. Nos anos 30 a emigração legal ainda excede o saldo migratório verificando-se o contrário a partir daí.

A partir dos anos 50 e até 1970 assiste-se a um claro aumento das saídas populacionais, sempre mais expressivo através do saldo migratório que da emigração legal. Em parte porque a partir desta época o principal destino dos emigrantes

portugueses passa progressivamente a ser a Europa, para onde é, sem dúvida, mais fácil a emigração clandestina. Mas também em grande medida ligado ao movimento para as colónias, para onde as saídas excediam sempre as entradas (apesar de ser um movimento muito mais equilibrado que a emigração).

Nos anos 70, a situação de retração económica desencadeada com o choque petrolífero, a Revolução e a Descolonização, traduzem-se num abaixamento da emigração legal e num saldo migratório positivo.

Nos anos 80, quando a emigração para a Europa deixa praticamente de passar por qualquer tipo de legalização, a sua importância deve ser vista sobretudo através do saldo migratório que revela mais saídas que entradas, mas muito longe das saídas verificadas anteriormente. No entanto se em lugar dos emigrantes permanentes aqui referidos fossem considerados os emigrantes temporários os resultados seriam bem distintos: para o total do país em vez de 74 866 emigrantes permanentes seriam considerados 412 285 ¹².

Se analisados os valores da emigração oficial e do saldo migratório ao longo dos últimos 100 anos verifica-se que de 1890 a 1911 a emigração revela saídas superiores às manifestas pela taxa do saldo migratório. Em termos percentuais estas «entradas», provavelmente retorno de emigrantes e re-emigração, representam cerca de 60 % e 45 % da emigração legal na última década do século passado e no primeiro decénio deste.

De 1911 a 20, verifica-se a situação contrária, com saídas mais elevadas quando calculadas pelo saldo migratório do que pela estatísticas da emigração. É no entanto uma diferença muito pequena, apenas 4 % da emigração legal. Provavelmente a instabilidade política decorrente da instauração da República poderá ter fomentado saídas de outro tipo (quer para as colónias quer maior emigração clandestina), também a Primeira Guerra Mundial poderá estar ligada a esta situação já que parte das baixas por ela ocasionadas não foram contabilizadas em Portugal (quase 30 000 baixas, dos quais quase 8 000 mortos segundo João Evangelista ¹³).

Nos anos 20 e 30, tal como se passara nas ilhas, a emigração é sempre mais expressiva que o saldo migratório. Para tal terão contribuído necessariamente um importante retorno de emigrantes e/ou alguma re-emigração. Os dois fenómenos não são, aliás, contraditórios, antes pelo contrário, qualquer re-emigração implica sempre um movimento prévio de retorno. A importância relativa destes movimentos é enorme se comparada com a emigração legal. Estas «entradas» são equivalentes a 99 % da emigração nos anos 20, e nos anos 30 a 172 % (este último valor depende quer do saldo migratório positivo encontrado, quer do abrandamento da emigração verificado neste decénio).

A partir de 1940, tal como acontecera nas ilhas, o saldo migratório passa a revelar saídas mais significativas que as manifestas na emigração oficial. Assim, a partir desta década verifica-se que a emigração clandestina em conjunto com o movimento para as colónias, são mais significativos que os movimentos de retorno e re-emigração.

Nos anos 40, uma década de transição, ainda marcada pelas restrições impostas pela Guerra e depois pelas novas possibilidades criadas à emigração com o pós-guerra e a reconstrução das economias europeias, a nova tendência é já notória. A diferença entre a emigração e o saldo migratório é negativa e representa cerca de 42 % da emigração legal. A partir daí aumenta de forma expressiva. Nos anos 50 a emigração não-legalizadas e as saídas para as colónias são maiores mas ainda muito próximas da emigração,

cerca de 116 % da emigração legal. Nos anos 60 esta tendência mantém-se passando a importância relativa desta diferença para 109 % da emigração oficial.

Nos anos 70, devido ao importante retorno das ex-colónias, esta tendência inverte-se. A emigração legal passa a revelar maiores saídas que o saldo migratório. Em valores reais a diferença é de cerca de 800 mil entradas, se a estas fossem descontadas os cerca de 500 mil retornados era, ainda assim, uma diferença positiva. É provável que nesta década se tenha verificado também um retorno importante de ex-emigrantes. Em termos percentuais a diferença entre a emigração oficial e o saldo migratório é agora de mais de três vezes a emigração legal (também agora se verifica o início da descida da emigração legal).

Na última década, os anos 80, a emigração legal perde o seu peso de forma muito clara sendo a maioria das saídas não-legalizadas. A diferença é de quase quatro vezes a emigração legalizada, ou seja o número de saídas que não dependem duma situação de legalização da emigração. A este facto não será alheia a entrada na CEE que permite a livre circulação entre os diversos países europeus, o que se torna mais plausível se atender a que desde os anos 50 a emigração com destino à Europa tinha vindo a tornar-se maioritária. No entanto se aqui estivesse contabilizada a emigração temporária a situação seria totalmente distinta.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA EMIGRAÇÃO NAS ILHAS

Em termos gerais as ilhas portuguesas têm como característica uma evolução no tempo bastante próxima, na qual é possível distinguir quatro períodos. O primeiro até 1920 caracteriza-se por saídas populacionais importantes e por uma emigração legal mais intensa que o saldo migratório o que revela a importância do retorno e re-emigração. De 1920 a 1940 assiste-se em todas as ilhas, embora de forma diferenciada, a uma retracção de fenómeno emigratório, mantendo o retorno e a re-emigração a sua grande importância. A década de 40 é uma década de transição, na qual se fazem sentir forças contrárias. Há uma recuperação da tendência emigratória das ilhas no Pós-Guerra e é a partir desta data que se verifica uma realidade nova: a preponderância da clandestinidade face ao retorno e re-emigração. Nos anos 50 e 60 verifica-se em todas as ilhas um verdadeiro «boom» das saídas populacionais nas quais a emigração clandestina ganha progressivamente maior peso. A partir dos anos 70, em algumas ilhas só nos anos 80, verifica-se uma nova retracção das saídas populacionais, mas neste caso não parece tratar-se de uma retracção determinada por factores externos, mas do término da fase de expansão.

Relativamente às diferenças entre as várias ilhas destaca-se, em primeiro lugar, a maior tendência emigratória das gentes da ilha de S. Miguel. Ao longo de todo o século esta ilha apresenta sempre valores elevadíssimos de saídas. Por oposição surge a ilha Terceira, que parece ter uma maior capacidade de retenção da sua população, apresentando menores saídas e levando mais tempo a iniciar a fase de «boom» do Pós-Guerra. A ilha da Madeira revela também uma forte tendência emigratória, mas claramente inferior à de S. Miguel durante todo o período em análise e, até aos anos 20, inferior a todas as ilhas. S. Jorge, o Pico e o Faial têm genericamente valores próximos da ilha Terceira, mas no Pós-Guerra, pelas razões já referidas, apresentam valores de saídas muito intensas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, Antônio, 1976 – *Capitalismo e Emigração em Portugal* – Prelo, Lisboa.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* – Porto.
- AGUIAR, Cristóvão, 1976 – *Alguns dados sobre a Emigração Açoriana* – Separata da Revista Vértice – Coimbra.
- AMORIM, Norberta 1991 – *Emigração uma Variável Demográfica Influyente* – Ler História n.º 22, pp. 3-14.
- 1992 – *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.
- ARROTEIA, Jorge, 1993 – *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição* – Biblioteca Breve – Instituto da Cultura e Língua Portuguesa – Lisboa.
- BAGANHA, Ioanis, 1990 – *Portuguese Emigration to the United States 1820-1930* – Garland publications – New York.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987 – *Camponeses da Madeira – As Bases Materiais do Arquipélago 1750-1900* – Publicações D. Quixote – Lisboa.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1955 – *A Ilha de S. Miguel* – Publicação da Faculdade de Letras de Lisboa – Lisboa.
- CARDOSO, Agostinho, 1968 – *O Fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense* – Revista de Direito Administrativo, Tomo XII n.º 3 – Coimbra.
- CÓNIM, Custódio, 1990 – *Portugal e a sua População* – Edições Alfa, Lisboa.
- EVANGELISTA, João, 1971 – *Um século de População Portuguesa 1864-1960* – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- GASPAR, Jorge, 1987 – *Os Próximos Vinte Anos, vol. I. Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MAGALHÃES, Deodato de Sousa, 1968 – *A Emigração nos Açores* – Revista de Direito Administrativo – Separata n.º 1, Coimbra.
- NAZARETH, J. Manuel, 1976 – *Os efeitos da Emigração na Estrutura de idades da População Portuguesa* – *Análise Social* n.º 46 pp. 315-362.
- 1988 – *Os Próximos Vinte Anos, Vol. III. Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no final do século XX* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994 – *As crises de Subsistência História da Madeira* – Ensaio Histórico – Caminho, Lisboa.
- PEIXOTO, João, 1993 – *Migrações e Mobilidade: As novas formas da Emigração Portuguesa a partir de 1980* – SILVA, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.) – *Emigração/Imigração em Portugal Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)* – Fragmentos, Lisboa.
- PINTO, M. Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa, 1990 – *A Madeira na Viragem do Século (1890-1930), características da sua evolução demográfica* – in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira – Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- REIS, Célia, 1990 – *A Revolta da Madeira e Açores (1931)* – Livros Horizonte, Lisboa.
- ROCHA, Gilberta, 1988/9 – *Emigração e População Açoriana* – Arquipélago Ciências Sociais n.ºs 3-4, pp. 29-43.
- 1990 – *Os Açores na Viragem do Século (1860-1930): Características da sua Evolução Demográfica* – in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira – Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- *A Transição Demográfica nos Açores* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- 1991 – *Dinâmica Populacional nos Açores do Século XX – Unidade, Permanência Diversidade* – Universidade dos Açores, Ponta delgada.

- ROCHA, Gilberta, 1991 – *Estruturas Demográficas das Ilhas Portuguesas através dos Censos* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- 1995 – *O Impacto das Migrações na População dos Açores na Segunda Metade do Século XX* – Comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional das Ilhas Atlânticas – Canárias.
- SOUSA, Antônio Teixeira, 1965 – *A Emigração Madeirense* – Comunicação apresentada no 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas em Lisboa.
- TELO, António José, 1993 – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)* – Edições Asa, Lisboa.
- VEIRA, Alberto, 1993 – *A Emigração Madeirense na Segunda Metade do Século XIX* – SILVA, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.) – *Emigração/Imigração em Portugal* – Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal» (secs. XIX-XX) – Fragmentos, Lisboa.
- 1980 – *Migration from the Portuguese Atlantic Islands in the Second half of the Nineteenth Century* – in HIGGS, David – *Portuguese Migration in Global Perspective* – The Multicultural History of Ontario, Ontário.

NOTAS

- ¹ Gilberta Rocha, 1990 – *A Transição Demográfica nos Açores* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada e Gilberta Rocha, 1991 – *Dinâmica Populacional nos Açores do Século XX* – *Unidade, Permanência Diversidade* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- ² Cristovão de Aguiar afirma que «Os Açores são a região de Portugal que mais tem contribuído proporcionalmente para o fenómeno emigratório português – cerca de um quarto da emigração total» in Cristovão de Aguiar – *Alguns dados sobre emigração açoriana* – Separata da Revista Vértice, 1976, p. 11. Enquanto para Agostinho Cardoso saíram da Madeira 178 472 pessoas entre 1886 e 1966, ou seja, cerca de 66 % da população em 1960 e cerca de 133 % da população de 1890, o que demonstra bem a importância da emigração neste arquipélago. Agostinho Cardoso – *O fenómeno económico-social da emigração madeirense* – Revista de Direito Administrativo – Tomo XII n.º 3, 1968, p. 170.
- ³ Para a Madeira é de destacar o trabalho de Alberto Vieira no qual também é dado grande relevo à emigração clandestina. Alberto Vieira – *A emigração madeirense na segunda metade do século XIX* – Silva, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.) – *Emigração/Imigração em Portugal* – Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (secs. XIX-XX)» – Fragmentos, Lisboa, 1993. E para os Açores o trabalho de M. Isabel João – *Os Açores no Século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas* – Edições Cosmos, Lisboa, 1991.
- ⁴ A taxa aqui apresentada é a taxa do saldo migratório calculada através da equação de concordância para a Madeira e para a última década em todas as ilhas açorianas. Nas ilhas açorianas até aos anos 70 (inclusive) foi utilizada a taxa de crescimento migratório calculada por diferença entre as taxas de crescimento total e natural.
- ⁵ É de notar que durante a Segunda Guerra Mundial da ilha da Madeira saem, apesar de tudo, emigrantes com destino às refinarias de Curaçau, que seguem viagem protegidos por navios de guerra. Nesta época o governo britânico leva para a Madeira cerca de 2000 gibraltinos segundo afirma Agostinho Cardoso – *O fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense* – Revista de Direito Administrativo – Tomo XII n.º 3, Coimbra, 1968.
- ⁶ Tal é particularmente notório se se considerar que a Terceira apresentava ainda assim alguma emigração, e que fundamentalmente a sua relação entre o saldo migratório e a emigração é totalmente distinta da verificada nas outras ilhas neste período, como se verá adiante.
- ⁷ O encerramento destas companhias afectou directamente os faialenses que nelas trabalhavam, mas também todo o comércio da cidade da Horta que sofreu as repercussões da saída dos estrangeiros e dos muitos faialenses que também saíram e continuaram a trabalhar para as companhias, mas fora das ilhas. Dada a grande proximidade geográfica e social entre o Pico e o Faial é natural que as fortes saídas apresentadas pelo Pico na década de 60 também reflectam uma situação de arrastamento relativamente à ilha do Faial.

- ⁸ Segundo Jorge Gaspar entre 1973 e 1981 o número de pessoas entradas na Região Autónoma dos Açores vindas das ex-colónias foi de 4 812, vindas do estrangeiro (sobretudo retorno de emigrantes) foi 4 145, relativamente à Madeira o número de pessoas entradas vindas das ex-colónias cifra-se em 7 182 e do estrangeiro cifra-se em 6 623 – in *Os próximos vinte anos, Vol. I, Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p. 44. Para o mesmo autor, o saldo migratório entre o Continente e os Açores é de 5 140 favorável ao Continente, enquanto a Madeira apresenta um saldo mais desfavorável, cerca de 10 002 pessoas; entre os dois arquipélagos o saldo é de 234 pessoas a favor dos Açores – *Idem*, p. 40.
- ⁹ Frances White Chapin estima para os Açores, com base em estatísticas dos Estados Unidos, que o retorno seria de 25 % e a clandestinidade de 20 % para o período de 1900 a 1920; para o período seguinte não existem dados sobre o retorno, mas Chapin considera que deve ter continuado. A autora é citada por Gilberta Rocha em *Dinâmica Populacional nos Açores do século XX – Unidade, Permanência Diversidade* – Universidade dos Açores, *ob. cit.*, pp. 243-4.
- ¹⁰ Enquanto que desde os anos 40 todas as ilhas apresentam um valor mais significativo das saídas quando estimado a partir do saldo migratório do que com a emigração oficial, revelando assim a existência de uma emigração não-legalizada ou outras saídas; na Terceira passa-se o contrário, aqui o saldo migratório continua a revelar um número de entradas razoável, tanto porque é positivo o saldo, como porque se associada à emigração revela ainda um maior número de entradas.
- ¹¹ Por exemplo, se a taxa bruta de emigração tiver o valor de 5 % e a taxa do saldo migratório tiver o valor de – 4 %, seria de pensar que o retorno poderia ser de 1 %; mas se se estimar que a taxa bruta de emigração clandestina seja da ordem dos 2 %, então, o retorno teria de ser 3 % e não apenas 1 %. Pelo que, o facto de se saber que uma diferença resulta não de dois valores, mas de um valor contra vários outros que se sabe terem expressão nesse período, torna ainda mais relevante as diferenças que se consigam obter, revelando a grande importância do tipo de movimento que resulta dessa diferença.
- ¹² Segundo dados da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ¹³ João Evangelista – *Um século de População Portuguesa 1864-1960* – Instituto Nacional de Estatística – Lisboa, 1971, p. 108.